

POSSIBILIDADE DE LIBERDADE NO ESPAÇO PÚBLICO SEGUNDO HANNAH ARENDT

Yan da Silva Jardim Vieira¹
Prof^a Ms^a Célia Maria Vilela Tavares²

RESUMO

Este artigo discute a possibilidade de existência e as condições de permanência da liberdade política a partir do pensamento de Hannah Arendt, pensadora judia de origem alemã que viveu, em suas palavras, os tempos sombrios do Nazismo e Stalinismo. Sendo assim, é notória a repulsa do homem pela política, e desde a antiguidade, a tradição filosófica contribui para que essa repulsa ocorra. Apesar de sua importância, cada vez menos pessoas querem usar essa ferramenta para construir uma sociedade pacífica e próspera. Esse afastamento da esfera política conduz então os seres humanos a apatia política, porta de entrada para a formação da sociedade de massas. Dessa forma, a pensadora apresenta o *amor mundi* como forma de estar ligado ao mundo comum através da partilha das coisas e dos fatos do mundo. Assim, ao agir com amor pelo mundo, sem esperar que a recíproca ocorra, o homem pode recuperar o sentido da política, que é a própria liberdade.

Palavras-chave: Política. Liberdade. Ação. Amor. Mundo.

ABSTRACT

This article discusses the possibility of existence and the conditions of permanence of political freedom from the thought of Hannah Arendt, a Jewish thinker of German origin who lived, in her words, the dark times of Nazism and Stalinism. Thus, the repulsion of man for politics is notorious, and since ancient times, the philosophical tradition contributes to this repulsion. Despite its importance, fewer and fewer people want to use this tool to build a peaceful and prosperous society. This departure from the political sphere then leads human beings to political apathy, the gateway to the formation of mass society. Thus, the thinker then presents *amor mundi* as a way of being connected to the common world through sharing the things and facts of the world. Thus, by acting with love for the world without waiting for reciprocal to occur, man can regain the meaning of politics, which is freedom itself.

Keywords: Politics. Freedom. Action. Love. World.

¹ Graduando do Curso de Filosofia da Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail: yvieira09@gmail.com

² Graduação em História e Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF); E-mail: celiamvt@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Hannah Arendt (1906-1975), pensadora judia, nascida na Alemanha, teve como professores grandes filósofos, tais como Heidegger e Husserl, viveu os tempos sombrios do nazismo e refugiou-se nos Estados Unidos, estando lá até o fim de sua vida. Foi fortemente influenciada pelos acontecimentos políticos ao seu redor: os regimes stalinista e nazista, as duas grandes guerras mundiais e todo o contexto da Guerra Fria. Diante disso, traz como centro de seu pensamento político, a liberdade, Oque, segundo Arendt é um problema crucial para as questões da política (SANTOS DA SILVA; XAVIER, 2015).

Com a ascensão de líderes com tendências totalitárias em diversos países ao redor do mundo, podemos estar à beira do nascimento de regimes totais, mas como chegamos a esse ponto ou como deixamos que esse risco se tornasse um “camelo na sala” da nossa sociedade? Para a pensadora, os homens contemporâneos vêm cada vez mais se afastando do espaço público, mas esse movimento de afastamento não começou repentinamente (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015).

Arendt explica que, após a condenação de Sócrates, Platão se desencantou com a política e se empenhou em tornar a filosofia importante para a *polis*, desencadeando em uma depreciação da vida política da forma que era conhecida antes, ou seja, desde Platão, a política vem sendo negligenciada, fazendo assim, com que os indivíduos a negassem como espaço de liberdade (TORRES, 2007).

A pensadora, mesmo em meio ao turbilhão de acontecimentos políticos da sua época, consegue resgatar o grande valor da política e da liberdade. Para ela, a maioria dos cidadãos perdeu aquilo que confere dignidade ao ser humano, que é a participação na esfera pública. E é justamente essa negação da participação na *res pública*, ou seja, a apatia política, que serviu como cenário para os acontecimentos das grandes guerras que Arendt viu de perto (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015).

Vemos hoje, em nossa sociedade, essa negação do espaço público voltar à tona, o que abre portas para todo o mal que já aconteceu no mundo e em nosso país, por isso, esse artigo quer trazer de volta todo esse pensar de Hannah Arendt, que nos ajudou a compreender os grandes regimes totais, nos dando um excelente material atemporal para reflexão e - principalmente por se tratar de política – um modelo de ação para o futuro.

O presente artigo está estruturado em quatro partes, sendo que, na primeira, analisamos o surgimento e ampliação das massas, que Arendt apresenta na sua obra *Origens do Totalitarismo* ao percorrer um caminho histórico de desconstrução da ação pública, que deu lugar a apatia e levou ao poder diversos líderes totalitários, entre eles, Hitler; na segunda parte ao refletir sobre o ensaio *Que é a liberdade?*, podemos perceber como a tradição filosófica contribuiu para a massificação da sociedade pois, desde os tempos da Grécia Antiga, a liberdade foi relegada ao interior dos seres humanos, desprezando assim o espaço público; na terceira parte, abordamos o *amor mundi*, apresentado por Hannah Arendt como uma força renovadora, uma ferramenta para inverter o caminho feito pela tradição no pensamento político, que somente pode ser mudado através da união das singularidades para formar uma pluralidade; por fim, na quarta parte, Arendt resgata o sentido da política, pois para a alemã, o sentido da política é a liberdade, que só podemos experimentar enquanto agimos. Tal ação pode ser extremamente renovadora, desde que o espaço público seja usado como o local de respeito às singularidades dentro da pluralidade.

2 O SURGIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS MASSAS

Logo após a Primeira Guerra, um grande levante antidemocrático e pró-ditatorial de movimentos totalitários tomou conta de grande parte do continente europeu: da Itália, por exemplo, surgiram as correntes fascistas que se espalharam para quase todos os países da Europa central e oriental. Esses grupos totalitários não têm como intenção a organização das classes, mas sim das massas que são a força bruta desses movimentos (ARENDR, 2009).

Hannah Arendt, debruçando sobre a temática dos métodos de governo totalitários, em especial o de Hitler, que não era absolutamente totalitário, tornou-se após as conquistas territoriais no leste europeu, diz o seguinte sobre as massas:

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou a indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem seu poder de voto (ARENDR, 2009, p. 439).

As massas surgem da apatia política de um povo, se tornando assim de “fácil manuseio” tanto para o regime quanto para o líder totalitário no poder. As liberdades

se baseiam na igualdade de todos perante a lei, mas essa liberdade só tem significado se os cidadãos pertencem a algum coletivo político e/ou social ou se sentem representados por ele, caso contrário, se torna apático e deixa de participar do espaço público como deveria.

Os líderes e movimentos totalitários usam de forte propaganda para conquistar novos membros e parecerem plausíveis para todos em um cenário de governo constitucional. Tenta-se estabelecer logo antes da tomada do poder uma diferença entre a doutrina destinada aos já iniciados no movimento totalitário, que não necessitam mais de propaganda e a que é destinada para o mundo exterior. Essa relação entre propaganda e doutrinação vai depender do tamanho do levante totalitário e da pressão externa a ele, ou seja, as necessidades propagandísticas são sempre ditadas pelo mundo externo. Quando o regime totalitário se torna absoluto, essa propaganda se torna doutrinação, inclusive, usa da violência para assustar a população enquanto existir oposição política. Quando essa oposição deixa de existir, essa violência serve para tornar verdadeiras as doutrinas ideológicas e mentiras utilitárias usadas pelo líder para ganhar as massas. (ARENDR, 2009, p. 474)

Grande exemplo disso são os movimentos totalitários surgidos depois de 1930, que segundo a pensadora alemã,

[...] seus membros participantes foram recrutados dessa massa de pessoas indiferentes e que não haviam participado da política de alguma forma, fazendo-se desnecessário uma refutação das ideias da oposição e permitindo que os movimentos constituíssem um grupo que nunca havia sido alcançado pelos partidos tradicionais (ARENDR, 2009, p. 439).

Dessa forma, não é preciso levar em conta as desavenças ideológicas das pessoas, pois os membros tinham motivações para serem hostis com ambos os lados do espectro político. Por sua vez, esse fanatismo se esvai ao menor sinal de abandono ou desproteção por parte do líder totalitário, aniquilando todo e qualquer sinal de convicção que possa ter restado. Todavia, enquanto o movimento não entra em colapso, esses membros fanatizados são inalcançáveis por meio do argumento ou experiência, é como se tivessem perdido a capacidade de sentir, mesmo com tantos sinais ao seu redor.

Sobre a capacidade dos movimentos totalitários, Arendt (2009, p. 437- 438) escreve:

Em todos esses países menores da Europa, movimentos totalitários precederam ditaduras não totalitárias, como se o totalitarismo fosse um objetivo demasiadamente ambicioso, e como se o tamanho do país forçasse os candidatos a governantes totalitários a se enveredar pelo caminho mais

familiar de ditadura de classe ou de partido. [...] Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário.

Em outras palavras, a autora deixa claro que é impossível um regime totalitário em países pouco populosos, pois esses regimes não dependem do número de partidários, como se vê habitualmente, mas sim da força bruta de seus membros. O que forçou ditadores de pequenos países europeus a se resignarem com ditaduras de classes, mas não impossibilitando os movimentos totalitários de surgirem, já que esses, por sua vez são possíveis onde quer que existam massas que por qualquer motivo desenvolveram gosto pela política.

Para o movimento totalitário cumprir com os seus objetivos é necessário que ele chegue até o poder, e para isso não é preciso pegar em armas e fazer grandes revoluções, pois os governos totalitaristas usam e abusam das liberdades democráticas para depois suprimi-las. A prova de tudo isso é que Stalin e Hitler chegaram ao Kremlin e ao Reichstag, respectivamente, de forma legal dentro de seus sistemas políticos vigentes (ARENDDT, 2009). Após chegar ao poder, os líderes totalitários sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas, o que ocasiona um populismo desmedido e exacerbado e também um enfrentamento à classe política já existente, somente para agradar as massas, que por sua vez, ratificam a posição do líder.

O sucesso desses grupos no poder está intimamente condicionado a capacidade de movimentação dessas massas, fazendo com que o próprio governante use da máquina ou de seus comissionados para provocar esse movimento, muitas vezes para desviar o foco de decisões impopulares; e também faz cair por terra a ilusão dos países democráticos de que o povo, em sua maioria, participa ativamente do governo e simpatiza com algum partido; outra ilusão que é derrubada é que as massas são simplesmente um pano de fundo para a vida política da nação, sendo que, as massas indiferentes e neutras podem facilmente constituir a maioria em um país democrático e fazendo com que a democracia funcione de forma que apenas uma minoria concordaria (ARENDDT, 2009).

Arendt ainda fala de uma “guerra psicológica”, da qual faz parte a propaganda, mas que encontra um fundamento ainda maior para o sucesso dos regimes totalitários no terror, pois mesmo após a população já estiver inteiramente subjugada, ele é aplicado.

Para a pensadora alemã, “Onde o reino do terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente”. Sendo assim, o terror se configura não como uma ferramenta a mais no regime totalitário, mas sim como a própria essência da sua forma de governo (ARENDDT, 2009, p. 476)

3 LIBERDADE É POLÍTICA

A pensadora endossa, no ensaio *Que é liberdade?*, a liberdade no sentido público ao afirmar que ela está atrelada ao campo da política, já que esta autonomia e a ação só existem quando há liberdade, que por sua vez só se torna alvo da política em tempos de revolução ou crise e é o motivo pelo qual os homens vivem organizados politicamente.

Platão fez entender que a liberdade interior e privada era a primordial, mas Arendt não pensa desta forma e, segundo Rubiano (2011, p. 11), ao falar da obra da pensadora judia, entende-se que “[...] seu principal objetivo é afirmar a ligação entre liberdade e política, pois, [...] entre todas as atividades humanas, a única que não pode ser concebida sem se admitir a existência de liberdade é a política”. Para Arendt, a filosofia obscureceu a ideia de liberdade ao tratá-la como um problema pertencente ao domínio do pensamento, sendo que, na verdade ela faz parte da realidade tangível, pertencendo à ação. Ou seja, a liberdade interior não possui significação política nenhuma, pois falta a ação.

Essa incompatibilidade entre liberdade e política é iniciada com Platão, mais precisamente com o mito da caverna, que retrata a principal atitude do filósofo em relação à política. Segundo a alegoria, a dimensão dos assuntos sociais, é obscura e confusa, sendo retratada pelas sombras, e para chegar até a verdade, é necessário deixar para trás a dimensão social e viver somente para a contemplação. Rubiano (2011, p. 12) ainda fala que, para Arendt, a teoria de Platão foi marcada pelo choque entre filosofia e a *polis*, em especial, após a morte de Sócrates, que é o ponto inicial para que o escritor de “A República” passasse a desvalorizar a persuasão, trazendo à tona a ideia de que o filósofo era o mais apto a governar ao alcançar a razão. Dessa forma, a tradição filosófica começa com a atitude do filósofo de abandonar a política, desabilitando o modo de agir do fundador da Academia como base de análise para as atividades políticas e a liberdade.

Segundo Arendt (2016, p. 191), ao falar de política, é impossível negar que “[...] o problema da liberdade é crucial, e nenhuma teoria pode se dar ao luxo de permanecer alheada ao fato de que esse problema conduziu ao “obscuro bosque onde a Filosofia se extraviou”. A razão para essa escuridão é que o fenômeno da liberdade não surge absolutamente na esfera do pensamento, mas sim, necessita da relação entre diferentes para ocorrer.

Após a filosofia de Agostinho, que retomou essa questão, houve tentativas de divorciar da política a noção de liberdade, chegando a uma formulação onde fosse possível ser escravo do mundo e mesmo assim, ser livre (ARENDR, 2016, p. 192-193). Sobre esse tema, a pensadora alemã afirma que para o homem ter consciência de sua liberdade interior, é necessário experimentar a sensação de ser livre em um mundo palpável e, em *Que é liberdade?*, explica:

Antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações. [...] A liberdade necessitava, além da mera liberação, da companhia de outros homens que estivessem no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los – um mundo politicamente organizado, em outras palavras, no qual cada homem livre poderia inserir-se por palavras e feitos (ARENDR, 2016, p. 193).

O espaço público é essencial para que os homens livres possam se encontrar e ter um lugar para exercer a liberdade por meio de palavras e atos, sendo assim não pode permanecer somente no interior dos homens, pois este é um lugar muito sombrio, e qualquer coisa que vá para essa obscuridade não pode ser chamada de fato demonstrável. A liberdade como fenômeno tangível e a política andam lado a lado e não podem se separar (ARENDR, 2016, p. 193).

Porém a ampliação dos grupos afins das correntes totalitaristas (inclusive com muitos deles chegando ao poder), o total descaso desses governos aos direitos de expressão, intimidade e isenção política nos induz a pensar que liberdade e política são totalmente incompatíveis, que é resultado da ideia de liberdade ligada à vontade e reforçando a tese de que “quanto menos política, mais liberdade”, que os liberais tanto defendem (RUBIANO, 2011, p. 17).

Para Arendt, a liberdade como fato se manifesta enquanto o homem age, e para Rubiano (2011, p. 18) “[...] a ação é entendida como feitos e palavras que são expressos na presença de outros. A ação, por possuir esse caráter público, acontece

perante outros, e pode estabelecer um novo período histórico [...]”, ou seja, esse agir tem poder para definir o destino de um lugar ou de um mundo comum. Nesse sentido, liberdade significa participar dos temas públicos.

Tal ação, para ser livre precisa transcender a subjetividade e a intenção do sujeito em realizá-la. Além disso, para que os outros que assumem esse agir possam finalizar o que se iniciou, é preciso que conheçam aquilo que move a ação, e não sua motivação ou objetivo. Portanto, é possível perceber que toda ação manifesta um princípio, que é externo ao homem e está interligado com o seu mundo comum (RUBIANO, 2011, p. 19).

Este princípio não é finito e pode ser usado inúmeras vezes sendo, segundo a própria Arendt, universal e sem ligação com nenhum grupo específico (2016, p. 196). Toda vez que eles são atualizados, a liberdade ou o seu antônimo surgem, sendo que ambos ocorrem junto com o ato realizado. Para a alemã, “Os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDR, 2016, p. 196).

4 O AMOR MUNDI COMO FORÇA LIBERTADORA

Na Era Moderna, vimos as bases de um mundo comum se corromperem, resultando na sociedade de massas. Nesse contexto, Arendt então traz à tona o *amor mundi*, como resposta ao desmoronamento do mundo. Almeida diz que para a pensadora judia “[...] antes de mais nada, é necessário “dizer não” ao totalitarismo e à sociedade de massas que favorece tendências totalitárias.” (ALMEIDA, 2011, p. 64).

Ao encarar tamanha destruição do mundo humano e da própria humanidade, a alemã questiona o que é preciso para constituir um espaço onde o essencial são as pessoas, suas experiências e suas formas de ver e julgar o mundo. Ao expor o tema, Almeida (2011, p. 64-65) fala que o que move Arendt não é perguntar qual seria o melhor mundo, mas sim, qual seria o mundo onde o surgimento de toda barbárie fosse impossível. Assim, podemos buscar quais seriam as condições para que a política exista, ou ainda, como assegurar a possibilidade da ação.

Para Almeida (2011, p. 66), Arendt encontra no *amor mundi* uma resposta contra a destruição do mundo, mas deixa claro que essa não é uma resposta romântica ou que fecha os olhos diante dos acontecimentos. Em seus escritos, Arendt fala poucas vezes

sobre esse conceito, talvez para evitar que fosse associado com a vida íntima dos homens.

Em seu livro *A Condição Humana*, que teve como título provisório *Amor mundi*, Arendt descreve o *fabricar* e o *agir* como as atividades humanas que constituem o mundo humano, e este é abalado no instante em que ambas perdem seu espaço para o *trabalhar* (ALMEIDA, 2011, p. 65). E Nunes (2016, p. 69), afirma que nos mesmo livro a pensadora

Em duas passagens específicas [...] afirma a irrelevância do amor ao âmbito público, ao âmbito das aparências. Não que o amor seja irrelevante por si mesmo, mas ele simplesmente não é capaz de tolerar a luz implacável da cena pública e nem de suportar de modo digno a constante visibilidade perante a presença dos outros, pois ao ser exposto continuamente suscita desconfiança em relação à genuinidade do próprio sentimento.

É impossível para nós conhecer e ter confiança em alguma ação pautada única e exclusivamente pelo amor, pois esse sentimento é algo interior de cada pessoa, e sendo a liberdade para Arendt a livre participação no espaço público, o amor não é algo que possa ser próprio a compor o âmbito público-político. Dessa forma, a alemã, mais adiante no mesmo livro, diz ainda: “O amor [...] em contraposição à amizade, morre ou, antes se extingue assim que é trazido a público. [...] Dada à sua inerente natureza extraterrena, o amor só pode falsificar-se e perverter-se quando utilizado para fins políticos [...]” (ARENDRT, 2007, p. 61).

Dessa forma, é possível perceber que o amor não é um critério aceitável para as ações no espaço público e pode ser fonte geradora de intolerância, como podemos ver desde as brigas das torcidas organizadas no futebol, no adotar de um político “de estimação”, ou até mesmo em certos casos de homicídios, sendo todos esses justificados por seus autores como ato de amor. Assim podemos visualizar claramente que o amor extingue o espaço que existe entre os homens, que garante a diferenciação das personalidades, histórias e ações, ou seja, aquilo que nos faz únicos e é o que permite à política ser um campo de ação para a melhora do mundo, sendo assim, nas palavras de Nunes (2016, p. 70): “[...] o amor destrói aquilo que, ao mesmo tempo, nos une e nos separa uns dos outros”, sendo isso o que faz o amor ter um aspecto apolítico.

Depois de toda essa reflexão a respeito do aspecto negativo do amor para a ação no espaço público, eis que surge a dúvida: porque a autora insiste no amor como fundamento para a relação entre os homens? Podemos começar a buscar respostas partindo do princípio que esse amor entendido por Arendt não é o sentimento

romantizado ou carregado de sentimentalismo que nos remeta a nós mesmos ou a um patriotismo alucinado que faz com que todos os indivíduos se tornem uma única massa.

Almeida (2011, p. 70), ao buscar clarificar melhor esse conceito de amor para Arendt, diz

Para Arendt [...], o ser humano encontra sua realização máxima no mundo humano e não em Deus ou na vida eterna. Os homens, por conseguinte, são responsáveis não somente por si, mas também pelo mundo comum. Por isso, as atividades humanas que dizem respeito à constituição desse espaço comum são extremamente relevantes. O amor [...] para Arendt demanda também a contribuição ativa e responsável daqueles que fazem parte do mundo. Dessa forma, o *amor mundi* diz respeito também às atividades relacionadas ao mundo, já que este depende constantemente delas. Sem ser permanentemente renovado, ele vai para a ruína.

O *amor mundi* é, na verdade, uma volição em partilhar, comunitariamente, as coisas e os fatos do mundo; é responsabilizar-se pelo mundo sem perder o liame que une os homens ao mundo ou a terra a qual eles pertencem. No fundo, significa “cuidado”, um senso de preservação da pluralidade, que reflete na cultura e no modo de ser e viver da comunidade que se une em torno disso (Nunes, 2016, p. 72).

Dessa forma, Arendt defende que para existir um grande levante, se faz necessário a presença de homens que se coloquem a disposição para agir segundo esse senso de preservação e cuidado com o mundo e a comunidade onde os mesmos habitam. Assim, não poderíamos substituir o termo “amor” por “amizade” ou “respeito”, pois os dois últimos precisam da reciprocidade para existirem. Para entendermos melhor, vejamos o que diz Nunes (2016, p. 72): “Enfim, com o amor é diferente. O mundo não precisa amar o homem de volta para que o cuidado político humano se sustente pelo e no *amor mundi* – podemos, sem equívoco amar o que é inanimado.”.

Correia (2010, p. 819), coloca o *amor mundi* como aspecto essencial para que o mundo se torne um lugar habitável e possamos conviver em harmonia. Em suas palavras, diz que se não assumirmos o mundo com amor ou gratidão, e não interagirmos com os demais com respeito e amizade, este mundo sempre será desértico. Ele continua ainda, dizendo “O conteúdo do amor mundi é a responsabilidade, compreendida como resposta a, cuidado de, condução para, adesão a, decisão por, dizer sim.”.

Assim como Nunes, Correia (2010, p. 819) também afirma que o *amor mundi* é uma responsabilidade em cuidar do mundo em que vivemos, e ainda acrescenta um viés

educacional, ao dizer que “Se há alguma possibilidade de ensinar para o *amor mundi* [...], ela reside no compromisso e na responsabilidade pelo mundo traduzida naqueles que o apresentam.”, significando que esse amor é algo transmitido entre as gerações, fazendo sobreviver um fio de tradição que apresenta o mundo como um legado construído através dos anos de trabalho de toda uma comunidade.

Segundo Almeida (2011, p. 71), a educação ainda se preocupa pouco com as capacidades do agir e do pensar, e é nisso que Arendt pode contribuir nesse aspecto. Ela diz: “Se Arendt, diante da barbárie, se pergunta o que é necessário para que possamos viver num mundo minimamente humano, nossa questão é de que forma a educação pode fazer sua parte nisso”. Uma educação empenhada com o mundo comum sempre será uma forte resistência contra a sociedade de massas que mantém as pessoas no isolamento.

Nunes (2016, p. 73), ao dizer de Arendt, expõe que uma das expressões do *amor mundi* é o espírito revolucionário, que pode ganhar sentido por meio dele e a partir de dois pontos: primeiro, a preocupação com a firmeza e longevidade de um novo corpo político; e a renovação pelo nascimento de algo novo na terra. Ele afirma também que a herança desse espírito originou um sintoma da perda do mesmo, que percebemos ao analisar o funcionamento da política, que ratifica o completo cisma entre os atos e pensamentos de defesa da permanência e de defesa da alteração por meio do novo.

5 AFINAL, PARA QUE SERVE A POLÍTICA?

Atualmente, é notório que existe uma repulsa pela política cada vez maior, sendo ela um sinônimo de violência para muitos; uma violência não em uma perspectiva física, mas sim em relação aos direitos que foram conquistados ou a moral geral de um povo, quando, por exemplo, vemos casos de políticos corruptos. Nesse contexto, desponta uma questão, que um dia foi a mesma que ocorreu a Hannah Arendt, e que ela escreve como título de um de seus ensaios presentes no livro *A Dignidade da Política: Será que a política ainda tem de algum modo sentido?* Pois ainda segundo a autora:

Nossa questão atual surge a partir de experiências muito reais que tivemos na política; ela é despertada pelo desastre que a política já provocou em nosso século e pelo desastre ainda maior que dela ameaça resultar. Por isso, nossa questão soa de um modo muito mais radical, mais agressivo e também mais desesperado [...] (ARENDR, 2002, p. 117)

Com um olhar voltado especificamente para a sociedade brasileira, nesse contexto de mudança de ideologia governante que se deu no ano de 2018 e vem repercutindo no decorrer de 2019, é necessário fazer uma análise de conjuntura de nossas ações, pois, como diz Torres (2007, p. 238), ao debater sobre o sentido da política para Arendt: “[...] a liberdade existe onde a condição plural do homem não seja desconsiderada, sendo nada mais que ação, em outras palavras, o indivíduo só é livre enquanto está agindo, nem antes, nem depois.”. Dessa forma, as nossas ações no espaço público não podem ser instrumentalizadas e usadas como forma de se alcançar algum fim, pois assim, chegaríamos a um ponto no qual a política não seria mais necessária, visto que teríamos realizado todas as ações obrigatórias para nossa subsistência.

O pensamento político não pode se limitar somente ao pensar de uma única mente, pois assim perde-se toda a riqueza que se encontra em cada sujeito. O espaço público deve ser o lugar onde os homens expõem suas singularidades, formando assim uma pluralidade, que deve ser a essência da política (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 73). Para compreender melhor, Schütz e Silva Junior (2015, p. 76) ainda dizem

É a partir da condição plural, isto é, da existência *dos homens*, que Arendt se dedica a pensar a política, caso o homem existisse isolado, seria um deus, e com certeza a política seria um absurdo. É de fato, a pluralidade que nos permite enxergar que não estamos sozinhos e, existam tantas opiniões sobre algo quanto pessoas que habitam o mundo. Porém, a pluralidade pode expressar ainda, a singularidade de cada homem que habita a Terra.

É fundamental compreender que Arendt pensa a política tendo como tema basilar a pluralidade, invertendo assim a lógica do pensamento político que a tradição filosófica tomou quando tratava do tema, pois, se pensasse a partir da singularidade, o caminho desse pensamento não teria sido revertido, voltando assim ao buraco do isolamento e levando consigo a solidão. Sendo assim é de igual importância ter em mente que “a pluralidade não se dá pelo simples fato da junção de seres singulares, mas sim, pela relação que os seres singulares têm *entre eles*.” (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 76).

Arendt também afirma na obra *A Condição Humana* que a pluralidade não deve desconsiderar a igualdade, pois ela

[...] tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de

todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender (ARENDDT, 2007, p. 188).

O problema se mostra quando relações de desigualdade ocorrem na política, e acabam resultando na opressão de uns sobre os demais indivíduos, a exemplo do que acontece nos regimes tirânicos. Quando essa forma de relação se sobressai sobre as outras, como acontece nos regimes totalitários, a pluralidade e a igualdade deixam de existir no cenário político (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 77).

A alemã ainda diz em seu livro *O que é a política?* que nós erramos ao vincular igualdade com justiça e não com liberdade, o que leva a compreensão incorreta da expressão grega *isonomia* ao dizer que significa “igualdade perante a lei”, mas ao invés disso, tal expressão, para a autora, quer dizer que “todos tem o mesmo direito à atividade política; e essa atividade na polis era de preferência uma atividade da conversa mútua” (ARENDDT, 2002, p. 18).

Para a pensadora alemã, a maioria das pessoas perdeu a possibilidade de participação no espaço público e político, que no fim, é o que concede dignidade aos cidadãos. Ao perder esse espaço, os indivíduos acabaram se afastando da esfera política, fazendo com que não consigam ver mais relação entre política e liberdade. Ela, ao se indagar se a política ainda teria sentido, diz que “[...] há uma resposta tão simples e conclusiva em si mesma que se poderia pensar que as outras respostas são totalmente desnecessárias. A resposta é a seguinte: o sentido da política é a liberdade.” (ARENDDT, 1993, p. 117).

Mas, segundo Schütz e Silva Junior (2015, p. 79), a partir da ascensão das Ciências Sociais e Políticas nos séculos XIX e XX, o conceito de liberdade perde o seu sentido original, já que na Idade Moderna, ela passa a ser uma necessidade. Cultiva-se então a ideia de que a política deveria assegurar a liberdade, mas esta corrompeu-se, culminando no liberalismo, onde viveu-se uma liberação da política, desprezando então toda e qualquer dedicação a ela.

Nota-se então, como o conceito de liberdade foi se invertendo ao longo do pensamento filosófico, tendo sido extirpada de si a implicação pública e política, onde para os gregos, tal conceito tinha relações diretas com o espaço comum e ao longo da tradição, passou a ser uma condição individual e oculta (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 80).

Arendt assim, passa a considerar que desde a antiguidade, nenhum ser humano viveu o real sentido da política: a liberdade. Ao contrário do que se via na polis grega, em tempos modernos, política e liberdade estão totalmente separadas uma da outra, além disso, a grande maioria não tem mais fé na política e não busca mais um sentido na mesma, o que, inevitavelmente, causa o seu enfraquecimento (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 80).

Schütz e Silva Junior (2015, p. 81-82), ao falar do pensar de Arendt, dizem que as barbaridades causadas pelos regimes totalitários são justificadas dado o afastamento dos homens do espaço público e sua repulsa pela dimensão da ação por esses mesmos homens, onde a partir de então, os regimes totais aniquilam a liberdade dos cidadãos. Ainda no século XX, que a alemã chama de tempos *sombrios*, os homens experimentaram a sociedade de massas, onde os indivíduos apenas fazem parte da engrenagem de produção e consumo garantidores da sobrevivência e do bem-estar social.

Os regimes totalitários sabem da importância dos indivíduos atomizados, pois os mesmos não cultivam disposição para o agir, e mais, montaram grande aparato ideológico para que esses mesmos indivíduos se sentissem honrados de estarem colaborando com esse movimento, dando a eles uma causa para apoiar (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 83).

Dessa forma, Arendt elege como solução a insistência na singularidade de cada ser humano que surge no mundo, munidos de algo novo, que pode modificar a história, algo que ela chama de *milagre humano*, mas ainda afirma: “[...] Não porque acreditemos [religiosamente] em milagres, mas porque os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso, quer não” (ARENDR, 1993, p. 122) Essa capacidade dos homens de a cada momento produzir algo novo só é possível se resguardamos o espaço entre-os-homens, que por sua vez é preservador da política e da liberdade.

Para Schütz e Silva Junior (2015, p. 86), só nos resta a esperança de que a natalidade traga ao mundo elementos novos e únicos para somar e constituir uma pluralidade cada vez mais forte e que seja capaz de dar expressão para toda insatisfação e desgosto com o mundo comum atual através da linguagem e da ação, dessa forma, é

necessário que surja para todos a pergunta: Qual é o nosso esforço para nos reconciliarmos com este mundo?

Por isso, jamais poderemos abrir mão da política e do mundo, pois estes são os únicos espaços onde os seres humanos podem se revelar plenamente, mesmo que ambos não demonstrem ter uma mudança significativa à vista, afinal, estes são espaços eminentemente humanos, ou seja, com toda possibilidade de serem livres (SCHÜTZ; SILVA JUNIOR, 2015, p. 86).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que hoje vivemos em meio a uma grande disputa, em especial em nosso país, acerca de qual ideologia é a melhor para governar, e, junto a isso, vem consigo a grande polarização e massificação daqueles que defendem ambas as correntes. Sendo assim, cabe a nós a seguinte reflexão: *a liberdade política é possível em uma sociedade atomizada e massificada?* Tal reflexão só será edificante se analisarmos com franqueza a sociedade que as gerações passadas edificaram e nos deram como herança. A vivência das grandes guerras e de diversas ditaduras modificaram a forma de se enxergar e de fazer política, em especial, devido a toda a liberação da política experimentado em tempos recentes, graças a um pensamento que foi corrompido, fazendo-se entender que esse tema não merecia qualquer dedicação.

A atomização é fruto de toda uma negação da liberdade como algo pertencente ao campo da prática. Platão inicia esse desvio na tradição filosófica e nenhum outro filósofo ousa reaver esse tema até Santo Agostinho, quando introduz o tema do livre arbítrio. Ora, a liberdade pertence sim ao campo da ação, pois somos livres não *quando* agimos, mas sim *enquanto* agimos, como diz Arendt no ensaio *Que é a liberdade?*. Afinal, podemos ter liberdade interior até mesmo durante um regime totalitário, mas uma vez dentro dele, não seremos livres para agir.

Ao negarmos nossa própria ação no espaço público, nos tornamos indiferentes, apáticos e abrimos espaço para que líderes totalitários, com ideais torpes acabem chegando ao poder. Quando isso acontece presenciamos a consolidação da sociedade de massas, que depois servem como forma do líder se afirmar no poder e também como uma espécie de escudo, defendendo o líder de qualquer crítica e

evitando qualquer risco ao lugar de poder.

Para que o espaço público seja preservado, é necessário que cultivemos lugares de fala e de ação para todos os cidadãos, semelhantes à experiência que tiveram os gregos antigos com a criação e manutenção da *Ágora*, que era justamente esse espaço de participação na vida pública, pois é através dessa ação que os seres humanos ganham a sua dignidade. Esses locais podem ser chamados de “berços de *amor mundi*”, pois é ali que a vontade de compartilhar dos fatos do mundo comum nasce e é cultivada, sendo assim, surgem seres humanos capazes de se responsabilizarem em cuidar deste mundo e também de transmitir esse cuidado às gerações futuras através da educação, mantendo assim, a chama do espírito revolucionário acesa.

Arendt vai além e consegue também recuperar o sentido da política, tão dilacerado através das eras, afinal, o sentido da política é a própria liberdade. Um ponto primordial para que esse sentido seja recuperado é a manutenção da pluralidade. Ao defendermos uma corrente como se fosse um time de futebol, ou pior, como se o único guardião da verdade e dos bons costumes fosse o principal expoente da corrente, fechamos os olhos para todas as singularidades que poderiam se unir a eles para criar uma pluralidade forte e coesa, contribuindo assim para que a polarização aumente cada vez mais.

Portanto, pode-se considerar que é possível que vivamos em uma sociedade sem atomização, polarização e massificação, mas, essa não é uma meta próxima de se alcançar, pois somente ao nos despojarmos de nossas necessidades individuais para nos dedicar às causas comuns e ao nos colocar à disposição para construir o diálogo é que podemos dizer que estaremos no rumo certo.

Devemos refutar qualquer tipo de apatia ou indiferença política que possa recair sobre a sociedade, mas para tanto, é nosso dever estar à disposição para agir publicamente, tendo sempre em vista o conceito de *amor mundi*, que é o caminho pelo qual os seres humanos devem passar para alcançar uma sociedade onde as singularidades de cada um sejam respeitadas e valorizadas. Para que isto ocorra, é necessário a garantia do espaço público que resguarde o princípio da pluralidade, condição necessária, segundo Arendt, para a construção e manutenção de um mundo onde não se repitam as barbaridades que Arendt viu de perto. Dessa forma é que poderemos sentir a verdadeira liberdade que só existe quando agimos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor mundi e educação**: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/T.48.2009.tde-08122009-160028. Acesso em: 20/03/2019.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em: <<http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/05/ARENDDT-Hannah.-A-Condi%C3%A7%C3%A3o-Humana.pdf>>. Acesso em: 22/05/2019

_____. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1fJMLyMwY0uZU0A2zKsgr-wrZcsGTewYJ>>. Acesso em: 02/07/2019

_____. Que é liberdade? In: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1MQHsVC8eXLEV43FDP13YMop5kprcDku/view>>. Acesso em: 15/04/2019.

_____. Será que a política ainda tem de algum modo sentido? In: ARENDT, H. **A dignidade da política**. Antônio Abranches (org.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2002.

_____. Totalitarismo. In: ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORREIA, Adriano. Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 811-822, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a11.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

NUNES, Igor. Amor mundi e espírito revolucionário: Hannah Arendt entre política e ética. 2016. **Cadernos De Filosofia Alemã**: Crítica E Modernidade, 21(3), 67-78. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v21i3p67-78>>. Acesso em: 18/03/2019

RUBIANO, Mariana de Mattos. **Liberdade em Hannah Arendt**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <doi:10.11606/D.8.2011.tde-09112011-145638>. Acesso em: 08/04/2019.

SANTOS DA SILVA, Mauro Sérgio; XAVIER, Dennys Garcia. Hannah Arendt e o Conceito de Liberdade. In: **Seara Filosófica**, n.10, inverno, 2015, p.50-72. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/5363/4275>>. Acesso em: 28/02/2019

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque. A recusa da política contemporânea: uma leitura arendtiana. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 14, n. 2, 12/12/2015. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5619/3589>>. Acesso em: 03/04/2019.

TORRES, Ana Paula Repolês. O Sentido da Política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.30(2), 2007, p. 235-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2.pdf>>. Acesso em: 25/02/2019.